CIGARRO ELETRÔNICO, UM MAL PARA A SAÚDE

A Fundação do Câncer reafirma sua posição favorável à manutenção da proibição dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs). A pressão da indústria do tabaco pela liberação do cigarro eletrônico, que é proibido no Brasil desde 2009, é um retrocesso para o país, o primeiro da América Latina e um dos três países do mundo a seguir todas as recomendações do Relatório MPOWER para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Do ponto de vista de saúde pública, a liberação do chamado *vape* pode trazer consequências negativas, principalmente quando se considera o perfil de consumo brasileiro. Dados do Instituto em Pesquisa e Consultoria Estratégica apontaram que, mesmo com a proibição, em 2018, cerca de 500 mil pessoas usaram algum tipo de cigarro eletrônico. Em 2022, esse número passou para 2,2 milhões de pessoas. A última pesquisa Covitel – desenvolvida pela organização global de saúde pública Vital Strategies e pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) -, revelou que 1 em cada 5 jovens, na faixa de 18 a 24 anos, usa o produto. Esse é mais um motivo para manter a proibição e intensificar a fiscalização do comércio dos dispositivos eletrônicos em nosso país.

Esses dispositivos não são uma alternativa segura para os fumantes abandonarem o vício em cigarro, como a indústria tabageira apregoa. Esses produtos podem conter muito mais nicotina que o cigarro convencional, têm compostos tóxicos e substâncias químicas que podem causar doenças pulmonares, lesões cardiovasculares e diversos tipos de câncer, além de possuírem potencial para iniciar ou manter a dependência em nicotina. Estudo do Incor (Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo), mostrou que usuários de vape fumam o equivalente a 20 cigarros por dia. Diversos estudos de outros países onde esses dispositivos são legalizados, também têm relatado casos graves por uso de *vape* que levam os pacientes ao CTI.

Portanto, é preciso enfatizar ações que visem a conscientização sobre os riscos do tabagismo, inclusive por meios eletrônicos, que causam prejuízo direto à saúde humana. É preciso reforçar que esses dispositivos também danificam o meio ambiente, visto que os e-líquidos usados nos vaporizadores contêm quantidades significativas de substâncias tóxicas, os resíduos de cigarro eletrônico não são biodegradáveis e os cartuchos ou dispositivos descartáveis se decompõem em produtos químicos que poluem ainda mais nossas águas.

Esperamos que nossos deputados e senadores também sejam conscientes e digam "não" aos projetos de lei que propõem a comercialização do uso de vaporizadores. Caso contrário, teremos um aumento substancial de pessoas doentes nos hospitais brasileiros e um gasto maior com a saúde pública em nosso país.

Pela saúde da população, diga não ao cigarro eletrônico!